

Pagamentos por Serviços Ambientais – Experiências bem sucedidas

Seminário Internacional de Direito Ambiental
Empresarial

Maio, 2012

Marcela Kwitko
Advogada Sênior
TNC

Por quê?

- Originalmente 122 M ha. Altíssima taxa de conversão para outros usos
- 120 M habitantes
- 70% PIB Brasil
- Grande necessidade de restauração – 90% do território em mãos privadas
- Região apropriada para PSA associado à água – grande demanda (setores urbanos e industriais) e para carbono (restauração florestal)





Usuários de água



Geração de renda

Modelo de PSA



Produção de água
em qualidade e
quantidade



Atividades de
Restauração &
Conservação

A) Comitê de Bacias convencido a respeito dos benefícios dos Esquemas PSA para assegurar qualidade de água e regularização de vazões (fontes dos recursos: cobrança pelo uso da água - Lei 9433)

- A oportunidade: Lei Nacional de Recursos Hídricos estabeleceu uma fonte potencial para PSA água
 - pagamentos feitos pelos usuários e poluidores devem ser utilizados na mesma bacia onde foram arrecadados
 - os recursos devem ser alocados em atividades que melhorem a saúde das bacias em termos de qualidade e quantidade de água
 - O Comitê de Bacias (formado por representantes de governos, usuários e sociedade civil) é a instituição que decide onde os fundos serão alocados
 - decisão de alocação

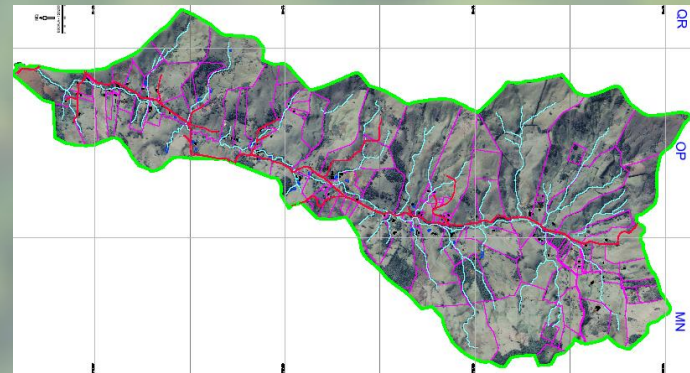
Projeto PCJ

- Comitê PCJ – R\$ 40 M/ano
- Primeiro projeto piloto – R\$ 550 K
- Parceiros : Agência Nacional de Águas; Secretarias Estaduais de Agricultura e de Meio Ambiente SP; TNC; PM Extrema – recursos para atividades de restauração e conservação
- 50% da Área Metropolitana de São Paulo – 9 M pessoas
- Estado de São Paulo : expectativa de R\$ 200M/ano (2014) – cobrança nos Comitês Estaduais



B) Arcabouço legal que cria condições para o estabelecimento dos Esquemas PSA discutido, definido e implementado (fontes dos recursos: orçamento, royalties, outros recursos carimbados)

- Município de Extrema – Primeira lei de PSA aprovada no Brasil (2005)
- Permitiu o uso de recursos públicos para os pagamentos
- Primeiros pagamentos realizados em Fev/2007



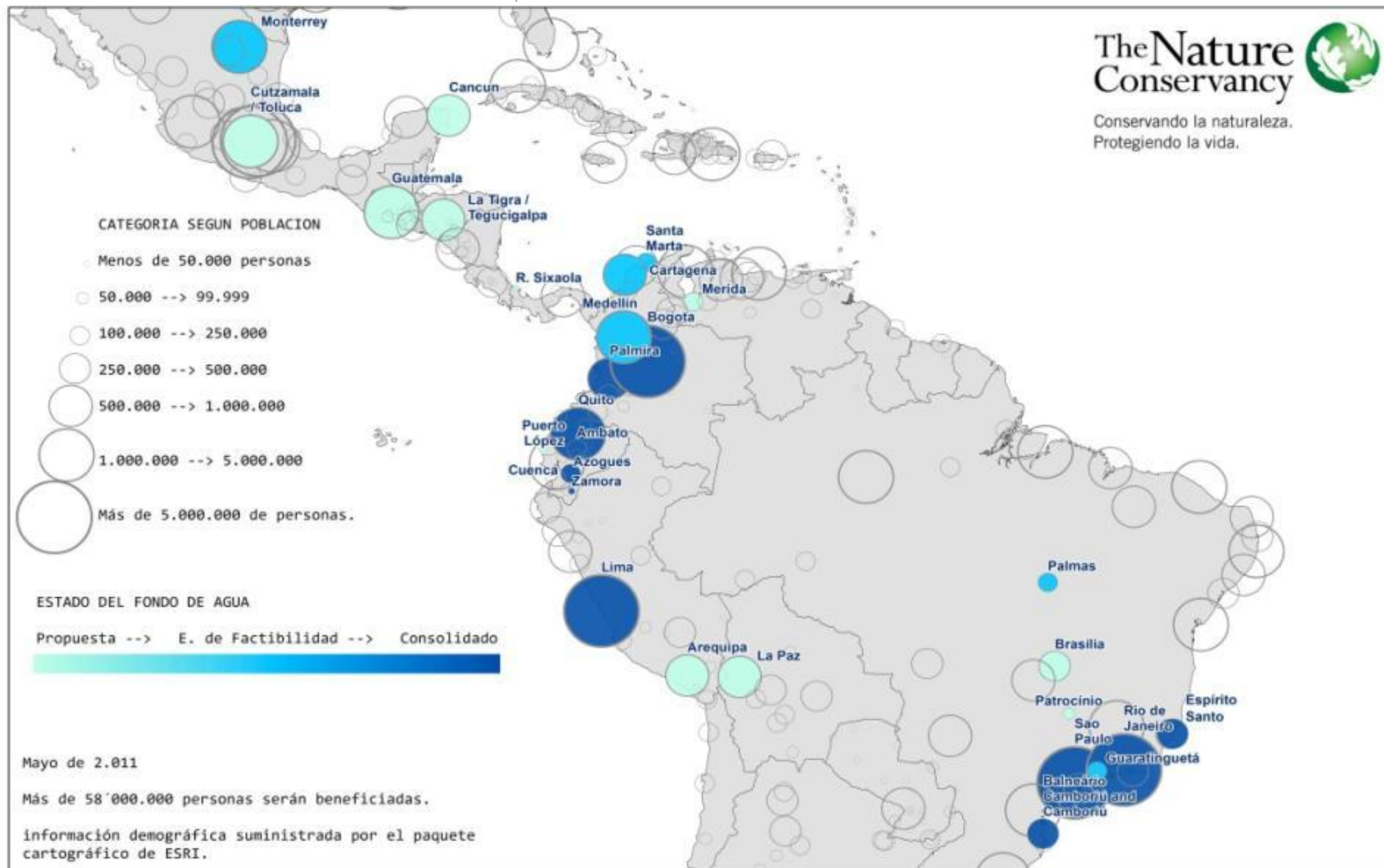
- Serviu de exemplo para municípios, estados e para a proposta de lei federal (PL 792/2007)

C) Grandes usuários de água compensando ou mitigando a sua “pegada hídrica” através da contribuição a esquemas PSA (fontes dos recursos: pagamentos realizados por grandes usuários buscando reduzir sua “pegada hídrica”)

- Identificada como uma nova oportunidade
- Buscar a neutralidade na pegada hídrica é uma tendência futura no setor corporativo
- Primeiros projetos em início de implementação

Principais desafios – Projetos em desenvolvimento

- Qual a natureza jurídica do PSA? Que impostos/tributos aplicam?
- Falta regulamentação que viabilize pagamentos através de órgãos públicos. Já existem programas estaduais e municipais, falta lei federal
- Serviço prestado pelo ecossistema v. Serviço prestado pelo proprietário rural (cercamento, controle de fogos, restauração, etc) para efeitos de pagamentos
- Carbono – Permanência (30 anos), necessário um instrumento de servidão ambiental que crie direito real sobre imóvel para que o comprador possa monitorar
- Possibilidade de pagamentos mesmo em áreas já protegidas por lei como APPs e RL, buscando a combinação do Instrumento Econômico com o Instrumento de Comando e Controle;
- Due Diligence Imobiliário aumenta custo de transação





Obrigada!
mkwitko@tnc.org